

ESCRAVIDÃO NO OESTE PAULISTA: CONTINUIDADE E RESISTÊNCIA

Um estudo sobre a última década do trabalho escravo em São Simão e Ribeirão Preto¹

Jose Antonio Correa Lages²

RESUMO: A decolagem da agricultura de exportação na província de São Paulo dependeu diretamente do aumento da importação de escravos e, após 1850, do tráfico interprovincial. A implantação e desenvolvimento inicial da lavoura cafeeira no Oeste Novo paulista explicam o aumento da participação do braço escravo na passagem da década de 1870 para a de 1880, num momento de extrema inelasticidade deste sistema de trabalho. Alguns dados extraídos de registros de hipoteca de propriedades rurais nos termos de São Simão e Ribeirão Preto tendem a confirmar este fato.

UNITERMOS: Lavoura cafeeira; persistência da escravidão; contradições políticas; mercado de trabalho; história regional.

INTRODUÇÃO

Ao estudarmos a expansão da lavoura cafeeira no oeste Paulista, verificamos um tratamento até certo ponto superficial por parte de uma historiografia mais tradicional quando se trata de analisar a estrutura de mão-de-obra que deu suporte àquela expansão. Podemos encontrar considerações simplistas no que se refere à importância do trabalho escravo, minimizado como condição mesma para a arrancada da grande lavoura de exportação, seja do açúcar, seja do café, no decorrer do século XIX. Parece que somente os trabalhadores europeus foram responsáveis únicos pela maior riqueza do Império e que os escravos e os trabalhadores livres nacionais estiveram alheios à produção cafeeira da região, onde ela já ocorria em moldes tecnicamente mais avançados.

É preciso colocar as coisas nos seus devidos lugares. A condição mesma para a decolagem da agricultura de exportação na província de São Paulo dependeu diretamente do aumento da importação de escravos e, após 1850, do tráfico interprovincial. Uma produção historiográfica mais recente tem demonstrado isso claramente. Sylvia Basseto ressalta, por exemplo, que o trabalho escravo, a despeito de seu preço elevado e de estar condenado à extinção desde a proibição do tráfico internacional, continuou a ser largamente empregado na lavoura cafeeira do oeste, tendo inclusive aumentado sua participação entre 1874 e 1885. Ela cita dados de Campinas e de outros lugares para comprovar a sua assertiva (1:20). Warren Dean, José Carlos Barreiro, José Flávio pereira, dentre outros, chamam a nossa atenção para este fato.

Mesmo no chamado Oeste Novo, que terá Ribeirão Preto como grande produtor no final do século, a presença do trabalho escravo não foi assim tão desprezível como fazem crer alguns estudiosos. Apesar da ocupação desta região ser de fato recente e da lavoura cafeeira ter sido introduzida numa conjuntura de extrema inelasticidade da oferta da mão de obra escrava, até ali podemos verificar o incremento da exploração do trabalho servil da década de 1870 para 1880. Na verdade, ela mais que dobrou entre 1874 e 1885, de acordo com dados disponíveis. Isso só encontra explicações no crescimento das fazendas de café na região. Por outro lado, foi exatamente em 1883 que Ribeirão Preto foi atingida pelos trilhos da Mogiana, o que facilitou sobremaneira o escoamento da produção. Verifica-se, portanto, no oeste Novo, o apogeu da exploração do trabalho servil no momento mesmo da introdução de um importante elemento técnico a até revolucionário para o complexo cafeeiro.

A escravidão na província de São Paulo apresentou no decorrer do século XIX três momentos de crescimento: um primeiro, ainda nas três primeiras décadas do século, quando o açúcar

¹ Este artigo foi escrito a partir de um trabalho de conclusão do curso “Formação da classe dominante no Brasil” ministrado pela Prof^a Dra. Laima Margreavis no Programa de Pós-Graduação em História da UNESP, campus de Franca, durante o segundo semestre de 1991.

² Pós-graduando em História pela UNESP, campus de Franca.

passa a ser o grande produto de exportação da província; um segundo, em meados do século, quando os cafeeiros substituíram muitos canaviais no Oeste e, um terceiro, nas décadas de 60 e 70, com o fracasso das primeiras colônias de parceria com imigrantes europeus, trazidos ao país pela iniciativa e patrocínio dos fazendeiros.

Tomemos o caso da região de Ribeirão Preto e São Simão como ilustrativo. Sabemos que a escravidão já está presente na primitiva ocupação desta região. Em documento de 1835¹, recentemente descoberto, encontramos citações expressas de escravos, integrados a uma economia certamente de subsistência.

As fontes são escassas e os dados superficiais, fragmentados e incompletos. No Cartório de Registro de Imóveis de Ribeirão Preto, encontramos um livro de registro de hipoteca de imóveis rurais e urbanos da Comarca de São Simão, com informações relativas aos termos de São Simão e Ribeirão Preto, entre 1879 e 1888. Fizemos um levantamento do número de escravos hipotecados pelos seus senhores como “acessórios” juntamente com as propriedades e outras benfeitorias.

Pesquisamos 137 registros, dos quais 36 apresentavam escravos nas propriedades hipotecadas. Cadastramos 387 escravos, boa amostragem para uma população cativa que, sabidamente, não passava de 4 mil cabeças. Mas muitos desses aparecem sem especificações, alguns sequer o nome. Por isso, as limitações são enormes para um estudo da população mancipia de São Simão e Ribeirão Preto na última década da escravidão. Agregamos a este estudo dados de 1872, mas, até o momento, não pudemos ter acesso a outros igualmente importantes como os da antiga Secretaria da Fazenda. De qualquer forma, conscientes das limitações deste trabalho, vamos pioneiramente levantar algumas tabelas sobre a fase terminal da escravidão no Oeste Novo a partir das informações cartoriais que encontramos.

CRESCIMENTO DA ECONOMIA DE EXPORTAÇÃO DE SÃO PAULO: DO ACÚCAR AO CAFÉ

O aumento da produção açucareira no limiar do século XIX acarretou uma maior importação de escravos para a província de São Paulo, atividade em que já se destacava Antônio da Silva Prado na década de 1820. Os relatos dos viajantes falam do crescimento da população mancipia. Confrontando as cifras correspondentes aos anos de 1813, fase de expansão, às de 1836, apogeu, temos: “em 1813, para uma população livre de 160.969 habitantes, 48.245 eram escravos. Em 1836, a população livre era estimada em 238.969 e a escrava 86.933. Isso mostra que de 1813 a 1836, a população livre aumentou 44,7% e a mancipia 80,1%.

Campinas apresentava a maior concentração de escravos no Oeste Velho. Ali a média por fazenda subiu de 24 em 1816 para 37 em 1843, não sendo raras as que dispunham de mais de 100. Em 1860, Zaluar avaliava a população da cidade em 24 mil habitantes, sendo os escravos 14 mil (14:141).

Uma demanda mais acentuada no mercado internacional pode explicar a substituição do açúcar pelo café como principal produto de exportação da província. Além disso, fatores inerentes às condições de produção e comercialização locais também atuaram nesse sentido. O café exigia menos mão de obra, custos de produção mais baixos, era maior sua resistência ao tempo (6:48).

A marcha do café em direção ao Oeste Paulista apresenta claros indicadores de formação de uma economia capitalista. São múltiplas e variadas as inovações nas técnicas de produção. Intensifica-se o uso do arado; a topografia da região contribuiu para uma disseminação maior no uso da máquina carpeira. Assim, foi possível a um homem e a um animal substituir seis escravos. Na década de 1870, as operações de beneficiamento passam a ser mecanizadas. A instalação desse conjunto de equipamentos composto de despoldadores, descascadores, ventiladores,

¹ Carta precatória enviada a Franca pelo juiz de Mogi-Mirim para a inquirição de testemunhas num processo de esbulho de terras entre duas famílias de Batatais que disputavam a posse sobre a fazenda do Rio Pardo, correspondente hoje ao município de Ribeirão Preto.

brunidores, separadores, classificadores, etc., permite a melhoria da qualidade do produto, reduzindo em 10% os custos da produção (3:17-120).

Mesmo assim, esse desenvolvimento técnico limitou-se quase tão somente às operações de beneficiamento. Seria difícil pensar em uma efetiva revolução na estrutura técnica da economia cafeeira. Em relação à divisão internacional do trabalho, o Brasil ocupava naquele momento a posição de exportador de produtos primários, o que explica por si só o fraco desenvolvimento de suas forças produtivas. Sem falar no domínio do capital mercantil, representado pela figura do comissário, sobre a lavoura cafeeira.

Em 1854, a produção de café do oeste já representava 15% do total da província, sendo que Campinas fornecia 63% da produção da região (2:161). Em 1860, Campinas já rivalizava com bananal, de produção bem mais antiga e o maior centro produtor da província, localizado no vale do Paraíba (5:22). Os preços do café em alta no mercado internacional, ainda que com oscilações, refletiam-se em seus preços internos que passaram de 18 mil réis a saca exportada em 1857 para 27 mil réis em 1863, resultando em forte estímulo às plantações (7:10-11).

PERMANÊNCIA DO TRABALHO ESCRAVO COMO CONDIÇÃO DA ARRANCADA DA LAVOURA CAFEIEIRA: CONTRADIÇÕES

Para Sylvia Basseto, “a economia cafeeira paulista, que fora implantada contando com um quadro de trabalho organizado na exploração da força de trabalho escrava, inicia sua expansão estigmatizada pela questão da inelasticidade da oferta de braços” (1:14). A partir da abolição do tráfico internacional, o suprimento da mão de obra escrava só poderia ser feito pela sua própria reprodução e/ou pelo seu remanejamento através do tráfico interprovincial. Mesmo assim, como solução provisória. A imigração de trabalhadores europeus para a grande lavoura esteve, desde o princípio, marcada e dificultada pela alternativa única que lhes era oferecida: o trabalho na grande lavoura como condição única de liberdade para ser proprietário.

A recusa dos trabalhadores europeus em se submeterem àquela condição inviabilizou o projeto imigracionista dos grandes fazendeiros. Caio Parado Júnior, analisando a interrupção do fluxo de imigrantes para as fazendas, afirma: “aliás, a região onde o problema da mão de obra era mais agudo, o Oeste despovoado de São Paulo, e onde se desenvolvia mais ativamente a lavoura de café, começara por esta época a encontrar maiores facilidades em se abastecer de escravos, graças ao fato de outras regiões cafeeicultoras (o vale do Paraíba e adjacências) alcançaram então o apogeu do seu desenvolvimento e entrarem numa fase de estabilização, precursora da próxima decadência; reduzia-se assim sua concorrência no mercado de mão de obra” (16-188).

Para Warren Dean, falando da região de Rio Claro: “a escravidão foi, pois, a solução indispensável a assumiu ali um caráter de extrema exploração, pois ocasionou até a queda do contingente de escravos” (6:112).

Para José Flávio Pereira, “mesmo a partir de 1850, a escravidão continuava sendo a única fonte de riqueza e base de sustentação da sociedade de classes brasileira” (11:113). Ao mesmo tempo em que eram a base de sustentação política, a escravidão e a grande propriedade dificultavam a formação do mercado de trabalho livre, sendo, portanto, impossível abolir da noite para o dia aquele *status quo*. É Malheiro Perdigão que confirma: “não havendo substituição fácil por braços livres, a supressão imediata e brusca dessa importação (de negros) seria a ruína da lavoura, além da miséria dos agricultores e fazendeiros, com dano geral ao país” (8:48).

A grande propriedade não oferecia condições de realização econômica aos trabalhadores livres e nem permitia a liberação de terras viáveis à constituição da pequena propriedade. Isso dificultava ao extremo a substituição do trabalho escravo pelo livre. Por outro lado, a própria ausência de transformações técnicas na lavoura tornava impossível a liberação da força de trabalho e a formação de um exército de reserva. Estes fatores explicam o fracasso dos primeiros projetos imigracionistas. Os trabalhadores europeus não chegavam em número suficiente, pelo menos até a abolição.

Na transição das relações de trabalho no Brasil, chama-nos a atenção a consciência de classe daquela aristocracia rural. Sem dívida, consciência essa forjada em grande parte em função da experiência histórica européia e da Guerra de Secessão dos Estados Unidos (15:126-127) que

ênfatizam e deixam claro que, para preservar a sociedade de classes, é necessário estabelecer até que ponto e qual propriedade pode ser abolida, para que a sociedade de classes não desapareça (11:121). É necessário abolir a propriedade privada configurada no escravo, mas com moderação e sem que se generalize a todo tipo de propriedade. Enquanto não se forma o mercado de trabalho livre, o escravo é fundamental para a continuidade da sociedade de classes. Portanto, é necessário aboli-la, mas esta abolição tem de ocorrer de forma moderada e acompanhada de uma indenização que beneficie os fazendeiros e reconheça o seu direito de propriedade.

Diante de um quadro internacional desfavorável à escravidão, marcado principalmente pelos aumentos das pressões inglesas e pela desorganização do trabalho nas fazendas, ocorre uma mudança de posicionamento de parte da classe proprietária em relação ao problema servil. Vejamos o que diz Antônio Torres Montenegro: “passada a Guerra do Paraguai, não existia nenhuma razão patriótica que justificasse o adiamento. Por outro lado, aumentavam as pressões internas e externas no sentido de se dar uma solução ao regime de trabalho escravo” (10:12-13).

Para Julio Jose Chiavenato, a própria Guerra do Paraguai serviu para eliminar grande parte da população negra. Diz ele que: “vai ser um processo brutal de arianização do Império, diminuindo os 45% da sua população total para 15% logo após a guerra. Enquanto a população branca cresceu 1,7 vez, a negra diminuiu 60% a contar dos quinze anos próximos da guerra (1860-1875). Foi a primeira vez na história do Brasil que o número de negros diminuiu não apenas proporcionalmente em relação à população branca, mas também em números absolutos, comparando-os com os números anteriores à guerra. Em 1800, havia 1 milhão de negros no país; em 1860, 2,5 milhões; em 1872, apenas 1,5 milhão (1:194).

A partir desse momento, não se discute se a escravidão deveria ou não se abolir. Ao contrário, passa-se a aceitar a abolição como um fato consumado e as divergências entre os partidos, classes dominantes e o próprio movimento abolicionista radical são apenas a respeito da forma, do ritmo e da profundidade das transformações (11:122). A classe dominante, encastelada no aparelho de estado, dividiu-se em duas alas. “Temos, então, um setor dominante, tradicional, hegemônico na estrutura de poder do Estado, que defende um rápido fim da escravidão, sem indenizações e que, no entanto, se opõe a transformações na estrutura do poder – fim do Conselho de Estado e do Senado vitalício – assim como à ampliação do aparelho de Estado. Por outro lado, os setores dominantes emergentes, liderados pela cafeicultura paulista, mantêm na Câmara uma firme posição contrária lutam por uma transformação da estrutura de poder do Estado, condição básica para a obtenção de um aparelhamento que venha atender às novas necessidades colocadas pela crescente adoção do trabalho livre” (10:12-13).

Percebemos, então, que o setor teoricamente mais interessado no fim da escravidão, os fazendeiros de São Paulo e Rio de Janeiro, é justamente o que preconiza um certo prazo para o fim da mesma. Isto porque não se contava ainda no sul – que exigia grande quantidade de força de trabalho para atender à expansão da lavoura de café – com um mercado de trabalho livre que pudesse, da noite para o dia, fornecer o trabalhador substituto do escravo. A classe proprietária do sul exige, pois, não apenas a substituição lenta do escravo pelo trabalhador livre mas também uma profunda mudança da estrutura de poder do Estado para que possa participar das decisões políticas gerais e principalmente na questão da transição. Mas é importante ressaltar que as ambas as correntes têm a firme intenção de encaminhar a transição sem abalar o latifúndio. Assim, quando propõe alterações na estrutura de poder, preparando o caminho para o trabalho livre, os fazendeiros do sul e seus representantes na Corte pensam, na verdade, em pequenas modificações políticas que, contudo, não coloquem as relações capitalistas de produção em questão (17: 332-334).

Para Sylvia Basseto, após a proibição do tráfico e mesmo após a Guerra do Paraguai, “deve-se ressaltar que o trabalho escravo, a despeito de seu preço elevado e de estar condenado à extinção, continuou a ser largamente empregado na lavoura cafeeira do oeste, tendo inclusive aumentado sua participação de 1874 a 1885” (1:20). Podemos observar isto em Campinas, onde de 14.028 escravos em 1874, passamos a 14.372 em 1885. Ressalte-se que Campinas era a cidade que concentrava o maior número de escravos na Província, seguida de Bananal, de produção mais antiga, que para os mesmos anos acima referidos apresentava 8.256 e 6.464. Em outras cidades do oeste Paulista, como Limeira, Rio Claro, Mogi-Mirim e Amparo, o processo de crescimento da

mão de obra escrava também ocorre, ainda que não cheguem elas a concentrar a terça parte do número de escravos que existia em campinas (13:41).

Podemos constatar o mesmo fato em Ribeirão Preto e São Simão. Em 1874, encontramos ali 663 escravos, enquanto em 1885, 1557. Pela tabela abaixo podemos comparar o emprego da força de trabalho escrava nas três regiões cafeeiras típicas da Província de São Paulo: o vale do Paraíba, o Oeste Velho e o Oeste Novo. Podemos perceber com clareza que, entre 1874 e 1885, já estava em plena queda o emprego da força de trabalho escravo no Vale do Paraíba, acompanhando já o declínio da produção cafeeira na região, enquanto no Oeste Velho já estava iniciando sua desaceleração e no Oeste Novo ainda em franca expansão.

População escrava de alguns municípios de diferentes áreas cafeeiras da província de São Paulo, 1874-1885¹			
Novo Oeste	Municípios	1874	1885
	Serra Negra	239	572
	Belém do Descalvado	1.307	2.658
	Casa Branca	2.260	4.535
	Penha do Rio do Peixe	1.335	1.390
	São Carlos do Pinhal	1.392	3.726
	Rio Claro	4.182	4.709
	Araraquara	1.748	1.627
	Piraçununga	1.591	3.005
	Amparo	3.548	4.246
	Ribeirão Preto	663	1.557
Velho Oeste	Campinas	14.028	14.372
	Jundiaí	2.105	1.632
	Piracicaba	5.607	5.553
	Tietê	3.554	2.477
	Itu	3.696	2.272
	Bragança	2.042	1.762
	Indaiatuba	1.611	1.135
	Porto Feliz	1.696	902
	Atibaia	1.220	791
Vale do Paraíba	Bananal	8.256	6.464
	Guaratinguetá	4.752	4.851
	Taubaté	3.976	4.197
	Pindamonhangaba	3.959	3.352
	São José dos Campos	1.599	1.575
	Paraibuna	1.758	825
	Jacareí	1.626	1.073
	Queluz	1.339	989
	Areias	2.034	1.915

¹ In SANTOS, Ronaldo Marcos dos. Resistência e superação do escravismo na província de São Paulo: 1885-1888. São Paulo: IPE, 1980, p. 41

EXPANSÃO E CRISE DA MÃO DE OBRA ESCRAVA NO TERMO DE SÃO SIMÃO E RIBEIRÃO PRETO: UM ESTUDO DE CASO

Evolução do número de escravos no termo de São Simão e Ribeirão Preto				
Anos	1873 ¹	1874 ²	1885 ³	1887 ⁴
Número	857	663	1557	1379

Percebe-se o crescimento do emprego da mão de obra escrava nos termos de São Simão e Ribeirão Preto entre 1874 e 1885, justamente no momento da arrancada da lavoura cafeeira. A chegada dos trilhos da Mogiana em 1883 em Ribeirão Preto marcou em definitivo a implantação da estrutura necessária para a expansão daquela lavoura, ainda dentro dos quadros da escravidão.

Após 1885, no entanto, a desorganização do trabalho escravo atingiu também a região do Oeste Novo e podemos verificar a queda do número de escravos em São Simão e Ribeirão Preto em 1887, vésperas da abolição. Nesta data, Ribeirão Preto possuía 10.420 habitantes e os escravos correspondiam agora a 13,2% da população. Sem dúvida, a população livre crescia muito mais, o que, de certa forma, foi corroborado por Caio Prado Júnior: “na região em que, sobretudo iriam agora fixar os imigrantes, o Oeste Paulista (com a imigração subvencionada), a proporção de escravos para trabalhadores livres se reduziria muito; a massa escrava em declínio desde a abolição do tráfico já não era suficiente para suprir os setores de ocupação mais recente; os escravos aí eram em minoria. A maior parte das fazendas de café instaladas depois de 1880 contará, sobretudo e quase unicamente, com trabalhadores livres “(16:190).

De um total de 387 escravos cadastrados nos registros de hipoteca de imóveis nos termos de São Simão e Ribeirão Preto, entre 1879 e 1888, encontramos a sua distribuição em 36 propriedades, o que corresponde a 10,8 escravos por propriedade, o que, sem dúvida é um percentual baixo comparando-se com outras regiões cafeeiras, como Campinas, onde chegamos a encontrar mais de 30 escravos em média por propriedade.

Número de escravos, divididos por sexo, pesquisados nos termos de São Simão e Ribeirão Preto ⁵		
Homens	Mulheres	Total
225	162	387

Número de escravos, divididos por grupos de idade, pesquisados em São Simão e Ribeirão Preto ⁶		
Grupos de Idade	Número	%
1-5	6	2,4
6-10	6	2,4
11-15	12	4,8
16-20	27	11,0
21-25	42	17,1
26-35	92	37,6
36-45	38	15,5
46-55	19	7,9
56-65	3	1,3
Total	245	100,00

¹ Censo de 1873, cit. in MARQUES, Manoel Eusébio de Azevedo. Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo. São Paulo: 1879, p. 134.

² SANTOS, Ronaldo Marcos dos. Op. Cit., p. 41

³ Idem, ibidem.

⁴ COSTA, Osmani Emboaba da. História da Fundação de Ribeirão Preto. São Paulo, Coleção da Revista de História, 1955, p. 15, nota 6.

⁵ Dados coligidos em registros de hipoteca de propriedades rurais e urbanas, constantes de livro próprio do cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Simão, entre 1879 e 1888.

⁶ Idem, ibidem.

A predominância absoluta de trabalhadores homens e adultos pelas tabelas acima mostra sua relação direta com a organização do trabalho na região. Com a idade de 21 a 45 anos, fase mais produtiva para o trabalho, eles atingem 70,2% do total. O pequeno número de escravos jovens ou em idade infantil mostra que a maior parte do plantel é de introdução recente, sendo praticamente todo ele originário de outras regiões do Império ou da própria província, o que pode ser comprovado pela tabela abaixo. Isto sugere um intenso tráfico interno a partir de regiões que não dependiam de um grande número de escravos por estarem em fase de declínio econômico ou mesmo já terem substituído a mão de obra escrava pela mão de obra livre.

Os dados que apuramos sobre a procedência dos escravos da Comarca de São Simão no Cartório de Registro de Imóveis estão fragmentados e incompletos, mas deixam a entrever um grande número deles procedente do vale do Paraíba fluminense e paulista, alçando também percentuais importantes os provenientes do Nordeste e de outras áreas da própria província paulista. Senão vejamos:

Procedência dos escravos em São Simão e Ribeirão Preto¹		
Procedência	Número	%
Região Sul (RS, SC e PR)	8	3,1
Vale do Paraíba (SP, RJ)	94	37,2
Minas Gerais	11	4,3
Nordeste	41	16,2
Outras áreas da província	99	39,2
Total	253	100,00

Estes dados confirmam exatamente o que afirmamos antes ao comentar o quadro de Ronaldo Marcos dos Santos. Com o esgotamento da produção cafeeira no vale do Paraíba, há uma redução significativa do emprego de escravos nas fazendas daquela região, muitos dos quais são vendidos para outras áreas mais recentes, inclusive São Simão e Ribeirão Preto. E mesmo no oeste Velho já se observa a desaceleração do ritmo de crescimento do trabalho escravo. Assim, boa parte dos escravos que chegaram à região de São Simão e Ribeirão Preto entre 1879 e 1888 é proveniente de regiões próximas a Campinas.

Nota-se o pequeno percentual de escravos provenientes da província de Minas Gerais (4,3%). Isto, de certa forma, confirma a tese do professor Doutor Roberto Borges Martins² de que Minas Gerais não era exportadora de escravos para as regiões cafeeiras novas de São Paulo, como faz crer uma historiografia mais tradicional sobre a questão.

Levando em conta a “aptidão” destes escravos, como afirmam alguns registros encontrados, é bastante evidente a íntima relação entre este sistema de trabalho e a lavoura de exportação que crescia. DE 76 escravos de que foi possível anotar sua “aptidão”, 56 eram roceiros ou lavradores. Portanto, um percentual bastante elevado. Os demais se referem quase sempre a certas especializações femininas, como podemos perceber no quadro abaixo:

¹ Dados coligidos em registros de hipoteca de propriedades rurais e urbanas, constantes de livro próprio do cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Simão, entre 1879 e 1888.

² CEDEPLAR/FACE/UFMG

Distribuição de escravos por especialização nos termos de São Simão e Ribeirão Preto¹		
Especialização	Número	%
Roceiro/lavrador	56	73,7
Tropeiro	1	1,3
Engomadeira	1	1,3
Cozinheira	5	6,6
Carpinteiro	3	3,9
Lavadeira	1	1,3
Mucama	2	2,8
Serviços domésticos	3	3,9
Qualquer trabalho	1	1,3
Nenhuma (!)	3	3,9
Total	76	100,00

CONCLUSÕES

O processo da substituição da mão de obra escrava pelo trabalho livre foi bem mais tortuoso e cheio de contradições, avanços e recuos do que se pode imaginar. Um regime de trabalho historicamente condenado ao fracasso pôde resistir por tanto tempo em função da falta de alternativas imediatas que pudessem assegurar a continuidade da acumulação num patamar igual ou superior ao que vinha ocorrendo.

Neste contexto, a abolição do tráfico e a Guerra do Paraguai foram a pá de cal que levou o ²regime servil ao estrangulamento, ao mesmo tempo em que o fracasso da imigração até a década de 60 e a expansão da fronteira agrícola no Oeste Novo, sob a batuta da Lei de Terras, puderam dar um novo alento ao emprego do trabalho escravo, já num quadro geral de crise.

Somente esta fragrante contradição pode explicar o crescimento do trabalho escravo em São Simão e Ribeirão Preto na passagem da década de 1870 para a de 1880. Os dados que apresentamos confirmam a tese da persistência e expansão num quadro de crise. O plantel de escravos no oeste Novo era quase todo ele originário de regiões mais antigas ou de produção cafeeira em declínio, sugerindo um intenso tráfico interno naquela direção. O predomínio de escravos adultos em plena fase produtiva confere com o que afirmamos.

Uma alternativa possível seria o assalariamento do trabalhador livre nacional. Se bem que os estudos sobre o tema apontam sempre a ausência de informações precisas sobre a dimensão da disponibilidade de trabalhadores brasileiros, é inegável que estiveram presentes como uma alternativa durante todo o período que antecedeu à abolição e à imigração em massa de trabalhadores europeus. Aos trabalhadores livres nacionais estavam reservadas tarefas em geral pesadas, a que os colonos europeus não se dispunham e dos quais os escravos eram, por vezes, poupados a fim de não ser colocado em risco o investimento nele representado.

A recusa do trabalhador livre nacional em se submeter às condições impostas, enquanto aberta a fronteira de expansão agrícola, a sua identificação pelo discurso dos fazendeiros da época como trabalhador improdutivo e vadio explica porque esta alternativa (assalariamento em massa) foi sequer tentada. Na medida em que o aproveitamento do brasileiro livre como força de trabalho na grande lavoura, a levar-se em conta aquele discurso, dependia da implementação a longo prazo de projetos de “educação para o trabalho”, a solução colocada, desde o momento em que se tornou previsível a inelasticidade da oferta da mão de obra escrava, foi a importação de trabalhadores europeus.

Por menos expressiva que tenha sido a participação da população livre nacional, na área da grande lavoura cafeeira no período de transição, ela não deve ser desconsiderada porque

¹ Dados coligidos em registros de hipoteca de propriedades rurais e urbanas, constantes de livro próprio do cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Simão, entre 1879 e 1888.

sempre representou uma alternativa de trabalho para a lavoura, a partir de grandes correntes migratórias internas, principalmente de Minas Gerais. Mas esta é uma questão que ainda merece estudos mais apurados.

LAGES, J. A. C. – Slavery in the western of São Paulo: continuity and resistance: um study on the last decade of slave-labour in São Simão and Ribeirão Preto.

ABSTRACT: The take-off of the export agriculture in the province of São Paulo depended directly on the increase in the slave import and, after 1850, on the interprovince traffic. The implantation and initial development of the coffee crop in the New Western of São Paulo province explain the increase in the participation of the slave-labour in passage from 1870's to the 1880's, in a moment of extreme inelasticity of the labour system. Some data extracted from registers of mortgages from rural and urban real estate in the district of São Simão and Ribeirão Preto tend to confirm this fact.

KEY-WORDS: coffee crop; slavery steadfastness; political contradiction; labour market; regional history.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BASSETO, S. Política de mão de obra na lavoura cafeeira do oeste Paulista (período de transição), São Paulo: USP, 1982. Dissertação (mestrado)
2. CAMARGO, J. F. de. Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos. São Paulo: IPE, 1981, v.2
3. CANO, W. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. Rio-S. Paulo: Difusão Européia do Livro, 1977
4. CHIAVENATO, J. J. O Negro no Brasil. São Paulo: Melhoramentos, 1986
5. COSTA, E. V. da. Da Senzala à Colônia. São Paulo: DIFEL, 1966
6. DEAN, W. Rio Claro: *um sistema brasileiro de grande lavoura*, 1820-1920, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977
7. DELFIM NETO, A. O problema do café no Brasil. São Paulo: IPE, 1981
8. MALHEIRO, P. A. A Escravidão no Brasil. Coleção Dimensões do Brasil, Petrópolis: Vozes/MEC, 1976
9. MARTINS, R. B. Minas Gerais, século XIX: Tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora in *Estudos Econômicos*, CEDEPLAR/UFMG, Jan/Abr, 1983
10. MONTENEGRO, A. T. O Encaminhamento Político do fim da escravidão, Campinas: UNICAMP, 1983. Dissertação (mestrado)
11. PEREIRA, J. F. Capitalismo e Agricultura: *a gênese e a organização do trabalho livre na produção cafeeira paulista no período de 1850 e 1900*. Campinas: UNICAMP, 1984. Dissertação (mestrado)
12. PETRONE, M. T. S. A Lavoura canavieira em São Paulo: *expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: DIFEL, 1968
13. SANTOS, R. M. dos. Resistência e Superação do Escravismo na província de São Paulo: 1885-1888. São Paulo: IPE, 1980
14. ZALUAR, A.. E. Peregrinação pela província de São Paulo: *1860-1861*. São Paulo: Itatiaia, 1975
15. MATOS, I. R. O Tempo Saquarema – *A Formação do Estado imperial*. São Paulo: HUCITEC, 1990
16. PRADO JÚNIOR, C. História Econômica do Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979
17. PRADO, N. Antônio Prado no Império e na República. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia/Editores, 1929